

Origem e evolução da elite cabo-verdiana: terras, gentes e mestiçagens.

Iva Cabral

Em 1466¹, o rei de Portugal, após quatro anos de tentativas falhadas para povoar Santiago através de distribuição de terras em sesmaria a casais portugueses, doa ao donatário (Infante D. Fernando) e aqueles que se aventurassem a residir na ilha, tornando-se seus vizinhos, facilidades fiscais e outros privilégios, incentivando, assim, a vinda de reinois capacitados a investir na armação de navios para o comércio com a Costa da Guiné.

Este grupo de reinois - composto por homens com capital para financiar e organizar na ilha um entreposto de mercadorias africanas, principalmente, de escravos e por aqueles que para cá vieram para controlar esse lucrativo negócio, defendendo os interesses da Coroa (oficiais régios) ou dos rendeiros - forma a primeira elite santiaguense, que podemos denominar (e que muitas vezes a documentação assim o faz) de “Homens brancos, honrados e poderosos”.

A partir de 1472, a carta de limitação dos privilégios² obriga os “Homens poderosos”, a investirem no arroteamento, na infra-estruturação e no povoamento das terras do interior de Santiago e do Fogo para poderem continuar a tratar, legalmente, com a Costa da Guiné. Esta imposição real, de produzir para comerciar, feita ao grupo de europeus vizinhos de Santiago, transforma a economia santiaguense de mercantil pura em agro-mercantil, metamorfoseando a elite de mercadores de escravos em

1 12 de Junho de 1466, IAN/TT, Místicos, liv. 3, fls. 58 v.-59, de 12 de Junho de 1466. In *História Geral de Cabo Verde — Corpo Documental*, Volume I, doc. 4, Lisboa, IICT/ DGPCCV, 1988, pp. 19-22

2 8 de Fevereiro de 1472, Livro das Ilhas, fl. 2v -4, 8 de Fevereiro de 1472, in *Ibidem*, doc.6, p. 25-28.

proprietários rurais e escravocratas, já que tiveram que prover suas fazendas santiaguenses e foguenses com mão-de-obra escrava.

Com o desvio da rota de escravos de Cabo Verde e com a transformação de Cacheu, (no lugar da Cidade Velha), no principal depósito português de mercadorias africanas nesta zona do Atlântico, os “homens brancos honrados e poderosos” – que compõem a primeira elite cabo-verdiana – já não têm razões para residirem nesta ilha longínqua, sem nenhuma riqueza natural e com um clima doentio. Os reinos deixam de ter vantagens em se tornarem vizinhos de Santiago e por isso é cada vez menor a contribuição europeia na economia da ilha e na sua estrutura social.

Esse decrescimento (de homens e de capital) é de tal vulto que na segunda década do século XVII o padre jesuíta Sebastião Gomes diz que: “A gente desta Ilha é mui pouca, e se entre todos os moradores dela se acharem vinte homens da governança que de todo sejam brancos não será pouco...”.³ Um século depois a falta de imigração branca para Santiago acentua-se, facto que é reafirmado por várias autoridades:

Em 1724, o ouvidor geral das ilhas considera que são apenas 30 os homens brancos reinos residentes em Santiago.⁴ Seis anos mais tarde, um outro oficial régio, avisa o Rei que na ilha há apenas 40 ou 50 homens brancos e que a maioria deles já ultrapassou meio século de idade⁵. Já o censo feito pelo Bispo de Cabo Verde, em 1731, reconhece que dos 18.120 habitantes da ilha apenas 387 poderiam ser considerados brancos⁶. O problema neste documento é que não se sabe se para o religioso “branco” é sinónimo de reinol ou, apenas, a constatação da cor da pele. Mesmo que elejamos esta última definição, esses números demonstram que a população dita branca da ilha de Santiago era muito diminuta, representando apenas 2% da população.

Podemos, por isso, afirmar que na segunda metade do século XVII e no início do XVIII a sociedade cabo-verdiana já não tinha no cimo de sua estrutura social uma elite branca reinol. Isto porque, já partir dos finais do século XVI, com o cada vez menor estabelecimento em Santiago de reinos como comerciantes ou como oficiais régios,

³ ARSI, Lus. Cod. 83, fls. 316-321 e 401-405v., 30 de Maio de 1627. Brásio, António (1979). *Monumenta Missionária Africana*, 2ª. série, vols. V, Associação Portuguesa de História, pp.183-184.

⁴ AHU, Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 10, doc. 95, 18 de Novembro de 1724.

⁵ A.H.U., Cabo Verde, *Papéis Avulsos*, cx. 14, **Doc. 27**, 16 de Abril de 1731..

⁶ 2. 525 eram mestiços, 12. 533 forros e 3. 274 escravos. A.H.U., *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 14, doc. 33, 10 de Maio de 1731.

aponta na documentação uma outra gente que ocupa, cada vez mais, os espaços deixados pelos europeus – “os filhos da Terra”.

É grupo dos “filhos da terra” composto por Homens que, nascidos em de Santiago (ou no Fogo) não tinham para onde fugir da crise endémica que se instalara no arquipélago que emerge a elite, conhecida na documentação por “brancos da terra”.

Este novo grupo social - esta nova elite - agora endógena e cabo-verdiana, vai ocupando, paulatinamente, durante o século XVII, quase todos os espaços económicos e de poder. Ela é diferente da primeira não apenas na origem, já que é natural da ilha e geralmente mestiça, mas também nas actividades que a sustentam e reproduzem. Se a primeira elite combinava o comércio com a produção agrícola, sendo esta última uma actividade subsidiária da primeira, a elite endógena tem na posse da terra a sua principal legitimação e sustentação.

Neste texto iremos tentar demonstrar que a elite dos “brancos da Terra” nasce como herdeira da primeira. Mas não herda os negócios comerciais, já que eles se encontram em crise, mas sim as terras.

Para provarmos esta tese teremos que voltar um pouco para traz no tempo.

Latifundiários escravocratas da ilha de Santiago

Encontramos na investigação documental, que estamos fazendo, cento e tres (103) proprietários rurais membros da primeira elite santiaguense. Entre estes, senhores de terras, sessenta e oito (68) instalaram-se na ilha na época que vai do povoamento a 1549 e apenas trinta e cinco (35) na segunda metade do século XVI. Muitos desses terratenentes (61) adquiriram suas propriedades logo após a carta de 1472 e nas duas primeiras décadas do século XVI.

Nos finais do século XV encontramos, já, em Santiago um grupo de indivíduos que não só usufrui dos lucros do comércio com a Costa da Guiné (através da armação

ou das encomendas) mas aplica parte dos rendimentos, assim obtidos, na produção agro-pecuária, como senhores de terras.

Nesses anos e nos de seiscentos, a produção agro-pecuária era, em Santiago, uma actividade subsidiária à armação e ao comércio. Essa secundarização da actividade agrária teve como consequência a escassez de informação sobre a propriedade da terra. Por isso, tivemos que recorrer a registos dispersos para divisar os membros da elite dos “homens honrados brancos” que possuíam terras em Santiago e no Fogo. Essas informações foram recolhidas através do estudo dos dízimos da terra⁷; do apuramento que a sondagem da toponímia das ilhas nos proporcionou⁸ e através dos poucos, mas valiosos documentos que nomeiam, claramente, os moradores que possuíam terras e nelas produziam. Estes três tipos de fontes oferecem provas iniludíveis sobre a propriedade rural na ilha de Santiago.

Os primeiros proprietários rurais de Santiago foram, sem dúvida nenhuma, os donatários e seus capitães, já que eram estes últimos que detinham a incumbência de entregar terras em sesmaria aos colonos que aportavam à ilha.⁹ Os “vizinhos” com poder económico obtinham, assim, por sesmaria ou por aquisição, propriedades em Santiago, frequentemente, bem localizadas sob o ponto de vista da proximidade dos portos e da existência de água. No início do século XVI, os “homens branco e honrados” alargam os seus domínios à ilha do Fogo, adquirindo terras e introduzindo, nelas, escravos para produzirem o mais cobiçado produto de troca no comércio da Costa da Guiné – o algodão.

Os vínculos: morgados e capelas instituídos no século XVI

Para melhor compreendermos a transmissão da propriedade da terra, em Santiago, é necessário analisar a instituição pelos “homens brancos honrados”, no século XVI, de capelas e morgados, debruçando-nos sobretudo no perfil dos herdeiros ou dos

⁷ O volume de produção era calculado pela estimativa da extensão e qualidade das terras.

⁸ Estas informações foram-nos cedidas por António Correia e Silva.

⁹ D. Manuel I, na doação que fez da capitania da metade Norte da Ilha de Santiago (Alcatrazes) a Rodrigo Afonso diz que: “me praz que ele possa dar por suas cartas a terra de sua capitania forra pelo foral da dita ilha, a quem lhe prouver /.../”. IAN/TT, Chancelaria D. Manuel I, liv. 29, fls. 6-6v.º. doc. 2, de 14 de Janeiro de 1485, in HGCVC-CD, vol I, doc. 17, op. cit, p. 53.

administradores dos vínculos. Também, é fundamental descobrir quando esses vínculos foram vendidos pelos herdeiros legítimos reinois, e convertidos em propriedades fundiárias de famílias santiaguenses endógenas. Este exercício deverá permitir-nos antever o nascimento da elite dos “brancos da terra” que terá na produção agrícola o seu principal meio de sustentação e de reprodução.

Durante a nossa pesquisa encontramos a instituição, por “vizinhos” de Santiago no século XVI, de doze vínculos: cinco instituídos na primeira metade de quinhentos e os restantes (7) na segunda metade do século.

Conhecemos as actividades de apenas sete desses “vizinhos”: um armador, dois oficiais régios, um procurador de mercadores reinois e recebedor dos empréstimos do Rei, um religioso, um mercador com “logea” montada na Ribeira Grande e um capitão de navios. Todos eles eram reinois e estavam ligados, de alguma forma, à actividade principal e mais lucrativa da ilha – a mercância. Isto porque, mesmo os oficiais régios estavam relacionados, pelas suas actividades, ao comércio com a Costa da Guiné, já que desempenhavam cargos que lhes ofereciam condições, muito favoráveis, à obtenção de dividendos comerciais. O exercício desses cargos, principalmente dos ligados ao fisco e à intendência dos bens pertencentes a Coroa, criava oportunidades de utilização desses bens em proveito próprio (tais como escravos) e possibilitava a acumulação do capital necessário à aquisição de terras, de benfeitorias e de mão-de-obra escrava. Por isso, não é de estranhar que muitos dos proprietários rurais e dos instituidores de vínculos, estivessem ligados à administração da fazenda real.¹⁰

O que também verificamos é que foi na primeira metade do século XVI e, principalmente, a partir dos anos trinta, que os maiores vínculos santiaguenses foram constituídos. O interessante é verificar que, apesar de esses anos representarem o auge da economia mercantil em Santiago, não foram os armadores, nem os mercadores os grandes construtores dos dois maiores morgados santiaguenses, mas sim oficiais régios ligados ao tráfico, à cobranças de impostos e ao controlo do comércio na ilha: o almoxarife Fernão Fiel de Lugo e o contador e feitor André Rodrigues dos Mosquitos.

¹⁰ Sobre isso ver: CABRAL Iva, “A Fazenda Real, campo de contradições entre a Coroa e os moradores de Santiago: o exemplo de Álvaro Dias almoxarife da Ribeira Grande”. In *Magma*, Mindelo 1990, n.º 5/6, pp. 34-36 e in *Stvdia*, CEHCA/IICT, Lisboa, 1991, n.º 51, pp. 177-189.

Propomo-nos analisar a instituição de cinco vínculos¹¹ e a sua transmissão através do tempo: o vínculo composto pelas fazendas da Trindade e de Santa Cruz (Fernão Fiel de Lugo); o morgadio dos Mosquitos/Engenho (André Rodrigues dos Mosquitos); a capela do Pico Vermelho (Baltazar Correia); a capela da Nora (Duarte Rodrigues) e a capela da Ribeira dos Porcos, instituída nos finais do século XVI pelo mercador, Pêro Lopes. Escolhemos estes vínculos porque estão melhor documentados e nos permitem, não só saber mais sobre os bens vinculados e sobre o percurso de seus instituidores, mas sobretudo – e é isso que nos interessa neste trabalho – seguir a transmissão da propriedade através dos tempos, permitindo assim obter uma visão dos processos de formação e reprodução da classe terratenente e confirmar algumas das suposições acima expostas.

a) O morgadio de Fernão Fiel de Lugo

Iniciaremos a análise dos vínculos e a consequente transmissão da propriedade da terra, em Santiago, com o estudo do tombamento do morgadio do cavaleiro fidalgo da Casa Real, Fernão Fiel de Lugo. Isto porque, esta vinculação, não só está muito bem documentada, como a sua “construção” permite-nos apreender a formação de grandes propriedades rurais pela elite santiaguense nos meados do século XVI, já que ela (a vinculação) comprova a concentração, a partir da terceira década desse século, de terras na mão de poucos “vizinhos”. Concentração, essa, que foi feita através da compra de propriedades adquiridas em regime de sesmarias e que, após terem sido “beneficiadas” e tornadas produtivas, se converteram em terras alodiais, livres para serem alienadas.

Fernão Fiel de Lugo compôs seu morgadio vinculando duas fazendas, situadas nos arredores da vila da Praia – a da Trindade e a de Santa Cruz – que foram constituídas através da compra de parcelas de terras pertencentes a vários “vizinhos”, membros da elite santiaguense da primeira metade do século XVI.

11 Sobre a vinculação de terras na ilha de Santiago e Fogo ver: António Correia e Silva (1995). “Sociedade Agrária. Gentes das águas: senhores, escravos e foros”. In: *HGCV*, vol. II, (coord. de Maria Emília Madeira Santos), Volume II, Lisboa, IICT/INC.

Por isso, antes de estudarmos esta vinculação, analisaremos quem vendeu a Fernão Fiel de Lugo as terras que lhe possibilitaram constituir as duas propriedades fundiárias. Isto é possível porque, quando da instituição de seu morgadio em 1540, Fernão Fiel de Lugo explicitou, detalhadamente, as alienações ocorridas para a constituição de suas fazendas. Com os dados que ele nos fornece podemos conhecer parte da propriedade fundiária de Santiago da época.

Ficamos, assim, a saber que os proprietários das terras que iriam constituir o morgadio (após a alienação das mesmas por Fernão Fiel de Lugo) habitaram a ilha de Santiago, principalmente, nas três primeiras décadas do século XVI, décadas de maior relevância comercial. Todos eles estavam ligados, de alguma forma, ao comércio com a Costa da Guiné: como armadores/mercadores; como oficiais régios ligados a fazenda real ou às heranças dos portugueses falecidos nas ilhas e no continente; como feitores dos reдеiros. Em resumo todos eram membros eminentes da elite dos “homens brancos honrados” de Santiago¹² e adquiriram as terras, ou em regime de sesmaria e as tornaram produtivas, possibilitando assim a sua alienação ou as adquiriram já livres e alodiais.

Este facto permite nos deduzir que, na primeira metade do século XVI, a maioria das terras santiaguenses já estavam livres dos entraves que o regime de sesmaria impunha, isto porque os “homens brancos honrados” da ilha, por razões de interesse comercial, investiram nelas, tornando-as produtivas, realizando, com isso, a condição, primeira, para que elas se tornassem em propriedades privadas.

A terra era, assim, na época em que Fernão Fiel de Lugo adquire suas fazendas¹³, objecto de venda e compra. Este facto fica claro, quando após descrever as qualidades das parcelas por ele adquiridas e nomear seus vendedores, Fernão Fiel de Lugo afirma que elas possuem “seus títulos e cartas de compra”.¹⁴ Podemos, também, aventar a hipótese que na segunda década do século XVI, as fazendas agro-pecuárias santiaguenses já se encontravam, há muito, estruturadas e produtivas.

O investimento inicial feito pelos membros da primeira elite, nos finais do século XV e primeiras décadas do XVI, nas terras do interior de Santiago e Fogo, no seu

12 Encontramos nesta lista uma única mulher: Dona Brígida de Gouveia que, apesar de seu marido Fernão de Melo ter abandonado a ilha e fugido para Castela, continuava a comerciar com a costa e a produzir na sua fazenda de São Martinho.

13 Entre 1527 (quando aparece pela primeira vez na documentação) e 1540 quando vincula as fazendas.

14 IAN/TT, Chancelaria de D. João III, liv. 40, fls. 169-171, 25 de Junho de 1540. Brásio, António (1963), *MMA*, vol. II, doc. 101, op. cit.

povoamento, na construção de fazendas agro-pecuárias produtivas e na transformação dessas terras em terras livres de serem vendidas e compradas, irá permitir aos funcionários régios e aos comerciantes enriquecidos adquirir, principalmente a partir dos anos trinta de quinhentos, propriedades fundiárias que muitos deles irão, por razões de prestígio, vincular.

Um desses proprietários rurais é Fernão Fiel de Lugo, que aparece na documentação de Cabo Verde no final de 1527¹⁵, ocupando um ano depois o ofício de almoxarife da vila da Praia com a principal incumbência de cobrar os quarto e vintenias de entrada e os dízimos de saída de mercadorias. Assim, este cavaleiro fidalgo da Casa Real controlará, durante dois anos¹⁶, a cobrança de impostos no porto da Praia.¹⁷

Em 1547, uma carta do guarda-mor dos navios e alfândega da cidade da Ribeira Grande permite-nos antever os meios que Lugo usou para acumular um património avultado quando o descreve como sendo um “/.../ homem que tem fazenda e cura mui pouco de fazer o que convêm ao serviço de Vossa Alteza, porque ele arma muitos navios com muitas mercaderias contra o rigimento de Vossa Alteza com ouro e prata e outras cousas muitas que em Vossas ordenações são defesas /.../”¹⁸. Esta acusação é justificada, quando alistamos os bens que este oficial da fazenda real amealhou durante os poucos anos em que foi responsável pela cobrança dos impostos do Rei, auferindo de um ordenado de, mais ou menos, 40.000 rs. anuais e um escravo¹⁹. Em 1540, Fernão Fiel de Lugo, aquando da instituição²⁰ de seu morgado, declara que as suas fazendas da Trindade e de Santa Cruz rendem por ano 600.000 reais.

Analise agora as directivas deixadas por Fernão Fiel de Lugo para a transmissão do seu morgadio:

Não sendo casado, aquando da instituição do vínculo, o cavaleiro da Casa Real, determina que falecendo sem filhos legítimos²¹ herdará seus bens a pessoa que ele

15 IAN/TT, CC, II-143-81, 13 de Agosto de 1527

16 “/.../ faço saber como eu fui recebedor e almoxarife o ano de 1528 e 29 em esta vila da Praia /.../”. IAN/TT, CC, II-212-31, 14 de Julho de 1536

17 IAN/TT, CC, II-183-34, 5 de Julho de 1526. Brásio, António (1963), MMA, vol. II, doc. 63, op. cit.

18 IAN/TT, CC, I-79-86, 21 de Setembro de 1547

19 IAN/TT, Chancelaria D. João III, Doações, Liv. 7, fl. 59, D. 2, 19 de Março de 1534

20 IAN/TT, Chancelaria de D. João III, liv. 40, fls. 169-171, 25 de Junho de 1540. Brásio, António (1963), MMA, vol. II, doc. 101, op. cit.

21 Não era casado nem tinha filhos legítimos nem outros herdeiros, tinha porem alguns irmãos e outros parentes transversais. Idem

nomear no testamento. Mas, essa prerrogativa será válida apenas para ele, instituidor²², já que seus sucessores não poderão nomear herdeiros.²³ Com esta restrição, Fernão Fiel de Lugo fecha as portas da administração do morgadio aos filhos ilegítimos de seus sucessores.

Tal, como outros, instituidores de vínculos, Lugo impôs seu apelido aos herdeiros do morgadio. Mas, esse estratagema não teve, neste caso, nenhum efeito, já que além da filha legítima²⁴, “vizinha” de Lisboa, o único Lugo que aparece na documentação, pesquisada, é Henrique Vaz de Lugo, natural de Santiago, que era, provavelmente, seu filho ilegítimo/mulato e que, por isso mesmo, não teve nenhuma relação com o vínculo.

A desvinculação das fazendas da Trindade e de Santa Cruz

Em 1565²⁵, a filha legítima de Fernão Fiel, Ana de Lugo e seu marido Filipe de Aguiar, fidalgo da Casa Real, moradores no Reino, pedem o privilégio de poderem vender a fazenda “Trindade”, vinculada ao morgadio, porque sem a presença do dono “... ellas se não poderyam granjear e irião em muita dyminuyção ...”. Para que o património do morgadio, herdado de Fernão Fiel de Lugo, não se arruinasse, completamente, pediam à Coroa que lhes autorizasse a alienação da fazenda Trindade²⁶ (7.000 cruzados) e de umas casas da cidade da Ribeira Grande (2.000 cruzados). No lugar dessas propriedades, eles comprometiam-se a manter no morgadio “umas casas foras e isentas” que possuíam na cidade de Lisboa e que valiam “10.000 cruzados e rendiam 200.000 rs. cada ano”.²⁷

Porque a troca era “em evidente proveyto do dito morgado” o rei converte a fazenda da Trindade e as casas da Ribeira Grande em propriedades “livres e isentas pêra as poderem vender”.²⁸ Com esta decisão real a fazenda deixa de fazer parte do morgadio e torna-se numa propriedade rural livre de vínculos. Sete anos depois, Filipe de Aguiar

22 Mas, essa prerrogativa não será aproveitada, já que logo após o a vinculação de suas terras Lugo concluiu matrimónio e teve uma filha legítima, Ana de Lugo que será sua herdeira.

23 IAN/TT, Chancelaria de D. João III, liv. 40, fls. 169-171, 25 de Junho de 1540. Brásio, António (1963), *MMA*, vol. II, doc. 101, op. cit., p. 332

24 O documento diz o seguinte: “/.../ confirmara a ella Dona Ana que socedera no dito morgado por morte do dito seu pay põe elle não ter outro filho nem filha legitimo se não a ella /.../”. IAN/TT, Chancelaria D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, L. 4, fls. 232v-233, 25 de Julho de 1565

25 Nesta data Fernão Fiel de Lugo já teria falecido há anos, isto porque as ultimas noticias que temos dele datam de 1555 e de 1557. IAN/TT, Chancelaria D. João III, Perdão e Legitimação, L. 54, fls. 349-349v, D. 3, 19 de Junho de 1555; IAN/TT, Chancelaria D. João III, Doação, L. 54, fls. 305v-306, D. 2, 11 de Março de 1557

26 A fazenda da Trindade foi avaliada em 2 contos e 700 mil reais

27 IAN/TT, Chancelaria D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, L. 4, fls. 232v-233, 25 de Julho de 1565

28 *Idem*

recebe a mesma mercê quando lhe é concedida a autorização para alienar a fazenda “Santa Cruz”.²⁹

Permitindo a desvinculação das terras de Santa Cruz a Coroa sanciona a derradeira desmontagem do morgadio instituído por Fernão Fiel de Lugo, em Santiago³⁰ e a sua transferência para o Reino. Assim, o morgadio desaparece e as fazendas que o compunham tornam-se pertença de vários proprietários.

Eis os que conseguimos inventariar:

Nos finais do século XVI a fazenda Santa Cruz foi comprada pelo reinol Afonso Rodrigues de Elvas, que a deixa de herança à sua filha Filipa Rodrigues, casada com Pêro Fernandes de Melo, mercador de sedas de Lisboa.³¹ No ano de 1601,³² Baltazar Leitão de Azevedo, compra dois quintos dessa fazenda por 2.000 cruzados,³³ revendendo-a a Manuel Alvis Castro pela metade do preço. O principal motivo desse negócio era a falta de rendimento da fazenda por causa das secas e das grandes fomes que mataram todos os escravos e secaram as árvores de algodão.³⁴ Como Alvis de Castro já era possuidor de três quintos de Santa Cruz a compra dos dois restantes restaura de novo essa fazenda quinhentista.³⁵

Sobre a fazenda da Trindade³⁶, temos notícias apenas um século depois de ter sido vendida pelos herdeiros de Fernão Fiel de Lugo, quando, em Janeiro de 1665, Jerónimo Alvares Freire³⁷, vincula-a de novo, instituindo nela uma capela. No seu testamento este reinol, cidadão de Santiago traça o futuro destino dessa antiga fazenda santiaguense quando decide que após a morte de seu filho natural de Santiago, João Freire de Andrade (1º) e do mestre cirurgião Dionísio da Lomba ela passaria a pertencer aos Bispos de Cabo Verde “...e do poder deles não sairia /.../ enquanto o mundo durar”. Foi isso que aconteceu já que, em 1712, a quinta faz parte dos bens do Bispado

29 IAN/TT, Chancelaria D. Sebastião e D. Henrique, Doações, L. 31, fls. 130v-131, 15 de Outubro de 1572

30 “...a qual fazenda tanto que vendida se Riscara do tombo dos bees do dito morgado...”, idem

31 IAN/TT, Cartório Notarial, nº 7A., L. 1609, Março 20 a Maio 22, fls. 93v.-94v., 4 de Maio de 1609; IAN/TT, Cartório Notarial, nº 7A., L. 1619, Fevereiro 4 a Abril 30, fls. 146v.-152, 23 de Março de 1619

32 1609?

33 IAN/TT, Cartório Notarial, nº 7A, L. 1619, Fevereiro 4 a Abril 20, fls. 138-140, 2 de Março de 1619

34 IAN/TT, Cartório Notarial nº 7ª, Lº 1619, Fev. 4 – Abril 30, fls. 146v-152v, 23 de Março de 1619

35 A.H.U., Cabo Verde, Papeis Avulsos, cx. I, doc. 21, 6 de Junho de 1613

36 Barcelos, Christiano José de Sena (2003). *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, vol. II, parte III, Instituto da Biblioteca Nacional, Praia, p. 156.

37 A.H.U., Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 7, Doc. 49, 2 de Abril de 1686

de Cabo Verde e é a ela que o Bispo recorre³⁸ quando o Palácio Episcopal se encontra em obras após o ataque de Cassar a Santiago³⁹. Em 1785, essa propriedade torna-se residência do governador António Machado de Faria.⁴⁰ No início do século XIX, o Bispo D. Silvestre de Maria Santíssima aluga-a (por 3 anos), pelo preço anual de foro de 131\$330 reis, ao coronel Guilherme Cardoso Pereira e à sua mulher, D. Catarina de Sousa Barradas, mulata natural de Santiago, e filha de uma das mais nobres e ricas famílias da ilha.⁴¹

b) O Morgado dos Mosquitos (Engenho ou Aguas Belas)

André Rodrigues dos Mosquitos, cavaleiro da Casa Real, serviu de contador das ilhas de Cabo Verde (1524-1528)⁴² e de feitor do trato de Santiago (1526-1527)⁴³, ofícios que lhe deram a possibilidade de participar activamente, mesmo que ilicitamente, no comércio com a costa africana, já que era ele que, em nome da Coroa, o controlava.

Em 1531, este reinol, vincula as terras⁴⁴ que adquiriu em Santiago, fundando o morgadio dos Mosquitos (ou do Engenho). No acto da instituição ele estipula que o morgado não pudesse ser herdado “por clérigo nem religioso nem religiosa freira, nem por bastardo, posto que legitimado e habilitado”. Mas, cria uma excepção para os seus filhos bastardos brancos⁴⁵, já que estes podem herdar, caso não houver legítimos. Já, os filhos ilegítimos mulatos nascidos em Santiago, ainda que reconhecidos por ele, não

38 Está abrigado numa casa de pedra e barro coberta de palha com uma “esteira de tabuga” na Residência da Trindade. A.H.U., Cabo Verde, Papeis Avulsos, cx. 9, doc. 73, 25 de Novembro de 1712

39 O general francês Cassar ataca, rouba e destrói a cidade da Ribeira Grande a 5 de Maio de 1712. A.H.U., Cabo Verde, Papeis Avulsos, cx. 9, doc. 75, 27 de Janeiro de 1713.

40 A.H.N. - Cabo Verde, SGG/A1@. 49 - fl. 12v, 1 de Junho de 1785.

41 Barcelos, Christiano José de Sena (2003). vol. II, parte III, op. cit., p. 156,

42 IAN/TT, Chancelaria D. João III, Doações, L.º 45, fl. 148, D. 1, 29 de Outubro de 1524; Barcelos, Christiano José de Sena (1899), *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 92.

43 IAN/TT, CCII-135- 85, 28 de Agosto de 1526; IAN/TT, Chancelaria D. João III, Doações, L.º 35, fl. 14-14v., D. 3, 23 de Dezembro de 1544.

44 IAN/TT, Chancelaria D. João III, liv. 73, fls. 13-15, 9 de Novembro de 1531,

45 Na data da instituição André Rodrigues não é casado, por isso não encontramos nada sobre uma esposa no acto de vinculação. Já à mãe de seus filhos ilegítimos brancos, Branca Rodrigues filha de sua cunhada Isabel Lopes, ele deixa uma pensão vitalícia: “Item asy me praz que ho herdeiro que /.../ dito morguado soçeder dem em cada hum anno a Isabell Lopes minha cunhada emquanto viver vinte mill /.../. E a sua filha Branca Rodrigues, may dos dito meus filhos aqui nomeados dará pela mesma maneira e condiçam corenta mill reais em cada hum anno e lhe serem paguos quando ellas quyserem no tempo de cada hum anno primeiro que outra nenhuma despesa.” IAN/TT, Chancelaria D. João III, liv. 73, fls. 13-15, 9 de Novembro de 1531.

foram contemplados nem na herança de terras, nem na atribuição de pensões. Apenas estipula que na eventualidade do herdeiro não morar na ilha e “avendo de ter algum feitor nas fazendas”, o mais apto de seus filhos mulatos (Nicolau ou Francisco) sirva o cargo.⁴⁶

Neste caso a discriminação feita aos filhos mulatos, ilegítimos, fica claramente patenteada.⁴⁷ Isto porque, os filhos naturais brancos poderiam herdar na eventualidade da não existência de herdeiros legítimos, mas os mulatos não.

Não nos foi possível seguir, continuamente, a lista dos administradores do morgadio mas, pensamos, que durante muitos anos os administradores do vínculo do Engenho viveram no Reino, mas, a partir do século XVII, encontramos “filhos da terra” como administradores.⁴⁸

Em 1685,⁴⁹ é administrador do morgado o mulato, natural de Santiago, Luís de Santa Maria que se ocupa da propriedade como tutor de seu neto⁵⁰. A partir desta data o morgado é administrado apenas por “filhos da terra”: Assim, nas primeiras décadas do século XVIII⁵¹ foi seu administrador o cidadão de Santiago, Pedro Semedo dos Mosquitos, membro activo da nobreza da terra. Na segunda metade de oitocentos é morgado Paulo José do Engenho⁵² nome pelo qual era conhecido um dos mais poderosos membros da elite santiaguense da época, Paulo José de Santa Maria. Em 1776, administra o vínculo, um certo José Valério dos Mosquitos.⁵³

Como podemos constatar, o apelido perpetuou-se como foi o desejo do instituidor, isto apesar de seus detentores já, nas últimas décadas do século XVII e no século XVIII, serem gente de sangue impuro, baços e “filhos da terra”. O que André Rodrigues dos Mosquitos quis evitar, quando no seu testamento negou a seus filhos mulatos a faculdade de herdar, a conjuntura do século XVII (o desvio das rotas marítimas, o fim

46 E não sendo vivos se dará a algum meu parente que não seja dos que no dito morgado ouverem de soçeder por falecimento do que tiver o morgado que lhe daram ho hordenado dos vynte mill reais em cada hum anno...” Idem

47 Sobre o assunto ver Ilídio Baleno, “Povoamento e formação da sociedade”, in HGCV, vol. I, op. cit., p. 162

48 Brásio, António (1979). *Monumenta Missionária Africana*, 2ª. série, vols. VI, Associação Portuguesa de História, pp. 97-101; A.H.U., Papeis Avulsos, Cabo Verde, cx. 6, doc.4, 28 de Abril de 1665,

49 A.H.U., Cabo Verde, cx. 5, doc. 27, 15 de Março de 1655 (ou 1685).

50 Filho de Santos Rodrigues de Mesquita. Sobre Santos Rodrigues de Mesquita (Mosquitos?) e seu filho não conseguimos nenhuma informação.

51 1712-1730

52 AHU, Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 25, doc. 58,25 de Dezembro de 1755.

53 Documento cedido gentilmente pelo prof. João Lopes Filho e em parte transcrito no seu livro “A Capela Pico Vermelho em Santiago”, Centro Cultural Português, Praia, 2005

dos lucros comerciais, a falta de mão-de-obra escrava, etc.) veio possibilitar, afastando os herdeiros brancos honrados e entregando a posse da terra aos que não tinham para onde ir, aos de sangue maculado, impuro, enfim aos “filhos da terra”.

c) A capela do Pico Vermelho

Baltazar Correia⁵⁴, “vizinho” da Ribeira Grande na primeira metade do século XVI, instituiu uma capela, denominada “Pico Vermelho”, com as propriedades que conseguiu adquirir na ilha como armador⁵⁵ de navios para a costa da Guiné.

No testamento que fez a 18 de Dezembro de 1548, ele declara que “/.../ tem em sua caza quatro crianças a saber três machos e huma femia, /.../ os quais nascerão em caza; que estima os de boa vontade por lhes nascer em caza pella criação que nelles tem feita /.../”.⁵⁶

Apesar de não reconhecer como suas essas crianças mulatas, Baltazar Correia declara-as como herdeiras. Ao mais velho, Baltazar, deixa uma fazenda na ilha do Fogo com todos os escravos que nela vivem; “um assento de casas e terras de algodão” e uma horta na Ribeira de Maria Parda em Santiago. Lourenço e Bastião herdaram, cada um, 1500 cruzados de ouro (600.000 reis) para que comprem “uma, ou muitas propriedades” que “valham”, enquanto Maria, recebe o lugar de Boca Larga, o Ribeirão Gil “de riba a baixo” e o curral do Pedregal com seus montados, terras e gado. Estas propriedades são deixadas em capela, não podendo “ser de nenhuma cauza nem cazo que suceda” vendidas, nem trocadas.

Assim, ao contrário de Fernão Fiel de Lugo e de André Rodrigues dos Mosquitos, Baltazar Correia deixa a capela do Pico Vermelho de herança a seus filhos ilegítimos, mulatos e naturais de Santiago, propriedades que lhes possibilitaram a ascensão social que a posse da terra propiciava⁵⁷.

54 IAN/TT, CCI-10-32, fl.23v, 20 de Novembro de 1528.

55 Temos, apenas, conhecimento das armações que fez, no ano de 1528. Nesse ano os navios por ele armados importaram da costa africana 144 peças de escravos, 2.020 alqueires de milho, 25 alqueires de cuscuz. IAN/TT, Núcleo Antigo nº 528, 1528.

56 *Idem*

57 Não conseguimos seguir o percurso destes quatro filhos de Santiago. Em 1570 encontramos um Baltazar Correia que foi condenado três anos antes por viver com uma sua escrava de nome Catarina. Em 1602 Baltazar Correia é deão da Sé de Santiago. IAN/TT, Chancelaria D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e Legitimações, liv. 9, fls. 302-302v., D. 2, 29 de Dezembro de 1570; IAN/TT, M.C.O., Liv. 17 de Registo de Consultas, fls. 156-156v., 29 de Abril de 1602; Barcelos, Christiano José de Sena (1899), parte I, op. cit. p. 182.

Em 1696, quase um século e meio depois da vinculação da capela do Pico Vermelho, um certo Lourenço Correia, administra um vínculo que possuía no porto da Ribeira Grande umas casas que o governador pretendia trocar com outras onde estava instalada a alfândega e que se situavam “mais adentro”, isto porque, seria muito “útil mudar-se a alfândega para as casas do porto /.../ e abrir-se uma porta para o mar” pela qual entrassem “as fazendas, sem desvios”.⁵⁸ Não fica claro se a capela referida, acima, é a do Pico Vermelho, mas podemos pressupor que sim, já que este vínculo possuía uma casa na rua do Calhau, perto do porto e o apelido do administrador é o mesmo do instituidor.

Sessenta e nove anos depois voltamos a ter notícias de outros administradores do Pico Vermelho, Manuel Correia Landim⁵⁹ e seu filho Baltazar Correia Landim⁶⁰, ambos moradores de Santiago e, seguramente, “filhos da terra”. Em 1776, torna-se administrador da capela o sargento-mor, Gaspar Rodrigues da Fonseca que obteve na ouvidoria, contra o capitão António dos Santos Correia Landim, irmão do anterior administrador, a posse e administração⁶¹ do vínculo que agora porta o nome de Landim do Pico Vermelho.⁶²

Podemos dizer, que este vínculo tem a particularidade de ter sido, desde a morte de seu instituidor, administrado por filhos de Santiago, tendo no século XVIII como administradores membros de uma das grandes famílias da ilha, os Correia Landim.

d) A capela do Tanque da Nora

Em 1572, o escudeiro da Casa Real, Duarte Rodrigues⁶³, institui a capela da Nora na ilha de Santiago. A análise deste vínculo interessa-nos, principalmente, pelo

⁵⁸ A.H.U., Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 8, doc. 35, 21 de Julho de 1696.

⁵⁹ Encontramos informações sobre ele desde o ano de 1744 até 1764. A.H.U., Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 29, doc. 10, 15 de Maio de 1765.

⁶⁰ Encontramos informações sobre ele desde o ano de 1765 até 1775. Foi ele que, em 1776, pediu a feitura do tombo da capela. Documento cedido pelo prof. João Lopes Filho e em parte transcrito no seu livro “A Capela Pico Vermelho em Santiago”, op. cit.

⁶¹ Gaspar Rodrigues da Fonseca que achou a “/...capella com muita falta de escravos e gados. Igualmente arruinadas, e de todo cahidas as cazas do dito vinculo /.../”. Documento cedido pelo prof. João Lopes Filho e em parte transcrito no seu livro “A Capela Pico Vermelho em Santiago”, op. cit.

⁶² É de notar que agora o vinculo chama-se “Landim do Pico Vermelho”. A.H.U., Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 32, doc. 49, ant. a 23 de Setembro de 1771.

⁶³ Procurador de mercadores sevilhanos e portugueses (1559, 1572) e recebedor dos empréstimos do Rei (1560/1562) e procurador de mercadores sevilhanos e portugueses

reconhecimento que, no seu testamento⁶⁴, este reinol faz de seus seis filhos naturais: Damião Rodrigues⁶⁵, Nicolau Rodrigues⁶⁶, Bernardo Rodrigues⁶⁷, Isabel e Diogo Duarte⁶⁸, Maria Duarte. Estes mulatos – nascidos antes do casamento – serão, devido ao contrato feito aquando desse evento, herdeiros de Duarte Rodrigues, já que este os alforriou e legitimou⁶⁹, transformando-os com isso em dignos representantes da elite dos “Branços da terra”.⁷⁰

São peculiares, também, as relações que este “homem poderoso” teve com as escravas, mães de seus filhos: quando casou não só as alforriou como, também, autorizou que elas continuassem a viver na sua fazenda de São Domingos, “sem pagarem foro nenhum, apenas o dizimo”.⁷¹

Mas, entre todas as escravas foi, sem dúvida, Domingas Rodrigues, mãe de Maria Duarte, a escrava predilecta de Duarte Rodrigues. Esse sentimento é explanado no testamento quando, além de consentir que ela lavre “se quizer em sua vida nas ditas terras de Sam Domingos onde the agora lavrou” e que “no mesmo lugar lhe dêem maiores terras para lavrar se ella maior as quizer”, o escudeiro da Casa Real lhe deixa “um escravo por nome Amaro tecelão”. A razão dessa preferência é elucidada quando o testador declara que “... isto e muito mais lhe devo pelo muito serviço que d’ella tenho recebido e pela criação com que creou meus filhos legítimos depois da morte de sua may Catharina de Andrade...”⁷²

A confiança que este reinol tinha na escrava Domingas se translada para sua filha que, ao casar, recebe como dote 1.500 cruzados, várias peças de escravos, o pagamento das dívidas de seu marido (50.000 reis), jóias de ouro, etc.⁷³ Essa afeição paternal é, também, demonstrada quando ele determina, no seu testamento, que o marido da forra Maria Duarte, Diogo de Avelar, ficasse como administrador da Capela da Nora⁷⁴ e tutor de seus filhos legítimos.

64 O testamento de Duarte Rodrigues é datado de 10 de Maio de 1562. A.H.N., Registo dos Títulos dos Vínculo da Nora”, Livro de Registo dos Vínculos de Santiago, fl. 4-23

65 Filho mais velho. Não se sabe o nome de sua mãe. *Idem*

66 Não se sabe o nome de sua mãe. *Idem*

67 Filho de Antónia à qual Duarte Rodrigues deixa três peças de herança. *Idem*

68 Filhos de Inês à qual Duarte Rodrigues deixa de herança 4 peças de escravos, *Idem*

69 Nele ele diz que “/.../ ao tempo que cazei com minha mulher Catharina de Andrade foi entre nos concertado /.../ que meus filhos naturais que então tinha antes de cazar com elle, fossem meus herdeiros juntamente com os legítimos que ella houver, pelo que eu os declaro por meus herdeiros /.../”. Catharina de Andrade que faleceu em 1556. *Idem*

70 Não encontrei mais nenhuma informação sobre estes filhos de Duarte Rodrigues. O que não que dizer que não tenham ascendido socialmente. *Idem*

71 *Idem*

72 *Idem*, fl. 6

73 *Idem*

74 IAN/TT, Cartório Notarial, n.º 1, L. 1574, Outubro – Dezembro 2, fls. 123-123v., 1 de Dezembro de 1574.

Mas, apesar de deixar seus bens a seus filhos mulatos, de “sangue conspurcado” pela escravidão de suas mães, o instituidor da capela do Tanque da Nora acautela no seu testamento o branqueamento de sua descendência cabo-verdiana. Assim, ele não só casa sua herdeira Maria com um branco reinol, como impõe como condição para que sua outra filha, Isabel, possa um dia vir a administrar a Capela – um casamento com um reinol: “...e não casando com homem branco o que eu d’ella não espero, ella nem seus descendentes não succederão na dita Capella...”⁷⁵

Em 1574, Duarte Rodrigues falece e é enterrado, a seu pedido, numa capela da igreja de Nossa Senhora da Conceição da cidade da Ribeira Grande onde já jaziam sua mulher, Catarina de Andrade⁷⁶ e, a filha de ambos, Polónia.⁷⁷

Como ficou definido pelo seu instituidor a capela da Nora teve como primeiro administrador, Diogo de Avelar. Temos, de novo, notícias dessa herdade apenas no início do século XVIII, quando a ela é administrada pelo “filho da terra”, Gregório de Andrade e Vasconcelos. Este último administra, também, outros vínculos: a capela da Barca e a dos Garçotes, podendo ser assim considerado como um dos maiores proprietários rurais da ilha de Santiago. Em 1768, é o sobrinho deste último, Manuel Semedo de Andrade e Vasconcelos, quem administra a capela da Nora.⁷⁸ Dez anos depois, Joana Semedo Tavares da Silva, sua filha, torna-se administradora do vínculo. Quando esta última falece (1792) deixa como herdeiro de seus bens livres seu primo, João Spínola da Veiga e Almada.

O vínculo do Tanque da Nora, no final do século XVIII e início do XIX, pertence à mesma família santiaguense: faz parte da herança de Isabel Barradas (3ª) que a transmite a seu filho Manuel Machado Cardoso que, por sua vez, a deixa de herança à sua filha Ana da Luz, casada com o reinol, Francisco dos Reis da Fonseca Borges⁷⁹, iniciando, assim, uma das mais poderosas famílias de Santiago dos séculos seguintes, os Reis Borges.

Não podemos deixar de sublinhar que este exemplo difere dos anteriores, já que Duarte Rodrigues, no seu testamento, não só não esconde que deixa seus bens a seus

⁷⁵ *Idem*, fl. 9

⁷⁶ Faleceu em 1556

⁷⁷ Indica no seu testamento onde deve ser enterrado *Idem* fl. 4v.. Archaeology Cambridge reports

⁷⁸ Registo de Vínculos e Capellas do Concelho da Praia, AHN, código, fl. 3v., 19v.

⁷⁹ Instala-se no arquipélago, voluntariamente, por volta de 1764. A.H.U., Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 33, doc. 54, 21 de Março de 1774.

filhos naturais, mulatos, filhos de escravas, como deixa como herdeiro do vínculo que instituiu a sua filha ilegítima, mulata forra, e a seu genro, reinol.

e) A capela da Ribeira dos Porcos

A capela da Ribeira dos Porcos é outro exemplo de transmissão do vínculo directamente ao filho ilegítimo/mulato. Instituída nos finais do século XVI pelo mercador da rua do Calhau, Pêro Lopes, a capela de pequena dimensão era constituída pela Fazenda da Ribeira dos Porcos com várias terras de algodoal, por vinte escravos (“em que entravam dois tecelões e uma vaqueira e um vaqueiro”), por quarenta vacas de ventre e dois touros de casta. No seu testamento o instituidor determina que “há por bem que na administração da dita capella não entrometa nenhum bastardo nem adulterino salvo o que nascer de legítimo matrimónio” mas, avisa logo a seguir que essa condição não se impunha aos seus herdeiros directos. Isto porque, deixa como administrador “a um moço mulato que lhe nasceu em casa posto que bastardo seja o qual tomará posse dos bens da dita capella e haverá para si todas as rendas della cumpridas as obrigações /.../ o qual moço se chama Miguel Lopes /.../ por sua morte sucedera o filho mais velho de legítimo matrimónio”.⁸⁰

Após a análise da transmissão destes cinco vínculos podemos chegar a algumas ilações:

- Que o arroteamento, a estruturação das fazendas e o povoamento do interior da ilha de Santiago foi tarefa da primeira elite – da elite dos “homens brancos honrados” – que a isso foram obrigados pela carta de 1472. Essa tarefa foi concluída nos últimos anos do século XV e nos primeiros do século XVI.
- Que a vinculação da terra no século XVI foi feita principalmente a partir da década de trinta quando o comércio com a costa da Guiné começa a dar sinais de abrandamento.
- Que dos cinco vínculos analisados apenas dois não foram transmitidos aos filhos mulatos, naturais de Santiago.

⁸⁰ IAN/TT, Cartório Notarial nº 1, L.º 1608, Janeiro 23 - Abril 15, fls. 95v-98, 30 de Janeiro de 1608; Registo de Vínculos e Capellas do Concelho da Praia, AHN, código, fl. 54-56

- Que, mesmo aqueles instituidores que deixam de herança a seus filhos mulatos os bens adquiridos na ilha, tomam precauções para que de futuro aja na família de seus descendentes uma política de branqueamento através de casamentos, legítimos e de preferência com reinois.

- Que a posse da terra é a principal base de legitimação da elite dos “brancos da terra”. As outras formas de legitimação como a participação no poder local (Câmara, milícia, misericórdia) e na ocupação de cargos militares ou da fazenda régia na Costa da Guiné, apenas são possíveis se houver como base a propriedade fundiária.

Antes de terminar gostaria de apelar aos jovens historiadores que investigassem mais sobre este tema, já que ele permite-nos compreender vários problemas ainda existentes no nosso país.